



Número: **1002554-27.2023.4.01.4200**

Classe: **AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE**

Órgão julgador: **4ª Vara Federal Criminal da SJRR**

Última distribuição : **11/04/2023**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Atentado contra a segurança de serviços de utilidade pública**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
Polícia Federal no Estado de Roraima (PROCESSOS CRIMINAIS) (AUTORIDADE)	
GUILHERME SILVA RIBEIRO CAMPOS (FLAGRANTEADO)	MARCELO BRUNO GENTIL CAMPOS registrado(a) civilmente como MARCELO BRUNO GENTIL CAMPOS (ADVOGADO)
Ministério Público Federal (Procuradoria) (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15684 46878	12/04/2023 01:09	PR-RR-MANIFESTACAO-3094-2023	Parecer



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - RORAIMA
PLANTÃO

EXCELENTÍSSIMO SENHORA JUÍZA PLANTONISTA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA
DE RORAIMA

Autos nº 1002554-27.2023.4.01.4200

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, comparece à presença de Vossa Excelência para, em atenção ao ato ordinatório de ID 1568314383, manifestar-se nos seguintes termos.

Trata-se de comunicação da prisão de GUILHERME SILVA RIBEIRO CAMPOS, o qual foi preso em flagrante no dia 11/04/2023, em razão da prática do delito previsto no art. 261, *caput*, do Código Penal.

Consta nos autos que a Polícia Federal, em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a Força Aérea Brasileira - FAB, iniciaram o controle do espaço aéreo correspondente à Terra Indígena Yanomami, fechado desde o dia 06/04/2023, em razão da crise ambiental e humanitária causada pelo garimpo ilegal.

Nesse sentido, no dia 11/04/2023, a FAB alertou a respeito de sobrevoo de aeronave clandestina na Zona de Identificação de Defesa Aérea - ZIDA estabelecida, razão pela qual uma equipe composta por integrantes da PF, do IBAMA e da FAB deslocou-se em helicóptero para interceptar a aeronave.

O avião, porém, foi encontrado em solo, em pista não homologada pela ANAC, e foi verificado que o piloto, identificado como GUILHERME SILVA RIBEIRO CAMPOS, não possuía plano de voo, medida de segurança básica para o transporte aéreo, bem como sinais de adulteração do aparelho GPS instalado na aeronave.

Em seu interrogatório, GUILHERME SILVA RIBEIRO CAMPOS exerceu seu direito constitucional ao silêncio.

Recebida a comunicação do flagrante, passa-se à manifestação.



O art. 310 do Código de Processo Penal dispõe que, ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá se manifestar, em audiência de custódia, sobre a concessão da liberdade provisória, conversão da prisão em preventiva ou relaxamento, no caso de prisão ilegal:

Art. 310. Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público, e, nessa audiência, o juiz deverá, fundamentadamente: (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência)

I - relaxar a prisão ilegal; ou (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

II - converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

III - conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.

Pois bem. Da análise dos documentos juntados aos autos, não se verifica ilegalidade na prisão do requerido, motivo pelo qual não é o caso de relaxamento da prisão. Nesse sentido, destaca-se que o interrogatório se passou na presença de advogado particular, não tendo sido relatado nenhum ilícito em face das autoridades envolvidas.

A prisão preventiva, consoante o art. 312 do Código de Processo Penal, será decretada para fins de garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

No presente caso, há a prova da materialidade do crime, bem como indícios de autoria, na medida em que o requerido foi preso em flagrante delito, pois i) estava sobrevoando Zona de Identificação de Defesa Aérea - ZIDA, exclusiva a aeronaves militares e estatais autorizadas a sobrevoar a região, ii) sem plano de voo, (iii) tendo pousado em pista não homologada pela ANAC, contexto que, *prima facie*, evidencia risco à navegação aeronáutica.

Não constam dos autos as certidões de antecedentes criminais do conduzido, porém, em seu interrogatório policial, GUILHERME afirmou que foi preso e denunciado na Justiça Estadual pelo crime de corrupção ativa. No entanto, em consulta aos sistemas disponíveis, não foi possível localizar ações penais em face dele. Além disso, é de se observar que o flagrantado possui residência fixa.

Tal circunstância, somada ao teor dos depoimentos dos condutores, aponta a desnecessidade da conversão em prisão preventiva. Ponderadas as informações disponíveis



acerca do agente, afigura-se suficiente à garantia da aplicação da lei penal e da investigação/instrução criminal o deferimento da liberdade provisória cumulada com medidas cautelares diversas da prisão, abaixo arroladas.

Destaco a necessidade de monitoramento eletrônico, com área de inclusão restrita ao município de Boa Vista (art. 319, IX), a fim de garantir a fiscalização e observância das demais cautelares requeridas, dada a possibilidade concreta de reiteração na prática criminosa, porquanto o custodiado - proprietário de aeronave e ele próprio piloto - alega possuir imóvel rural nas adjacências da TI Yanomami, cujo espaço aéreo integra a ZIDA.

Frise-se também que, a par da inexistência de violência ou grave ameaça na execução do delito, bem como indicativos de apoio logístico ao garimpo, o comportamento do custodiado ostenta especial gravidade no contexto atual.

É que a ZIDA foi instituída justamente para dar execução às ações humanitárias em prol do povo Yanomami, por meio de socorro médico, entrega de alimentos e operações de combate ao garimpo ilegal.

Assim, ao sobrevoar dolosamente a ZIDA, a conduta do custodiado exigiu o empenho de recursos humanos (equipes de fiscalização da PF, IBAMA e FAB) e significativo dispêndio de recursos públicos (deslocamento de aviões equipados com radares e helicóptero de grande porte para interceptação), acabando por comprometer parte dos esforços humanitários do estado brasileiro.

Desse modo, é necessário especial reforço nas medidas cautelares para evitar a reiteração do delito.

Diante do exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fulcro nos artigos 321 e 319 do CPP, manifesta-se pela homologação do flagrante, bem como pela concessão da liberdade provisória a GUILHERME SILVA RIBEIRO CAMPOS, com a imposição das seguintes medidas:

- a) comparecimento bimestral em juízo para informar e justificar atividades, na forma do art. 319, I, do CPP, a ser operacionalizado mediante imediata tomada de informações atualizadas quanto aos endereços de residência, correio eletrônico e WhatsApp do flagranteado, sendo-lhe imposto o dever de atualizar o Juízo quaisquer alterações;
- b) proibição de se aproximar da Terra Indígena Yanomami (art. 319, II, CPP);
- c) ordem de não se ausentar da cidade de Boa Vista, onde reside, sem prévia autorização judicial, na forma do art. 319, IV, do CPP;
- d) monitoramento eletrônico, com área de inclusão restrita ao município de Boa Vista (art. 319, IX), a fim de garantir a fiscalização e observância das demais cautelares;
- e) subsidiariamente, o arbitramento de fiança no valor de R\$ 50.000,00



(cinquenta mil reais), na forma do art. 319, VIII, do CPP;

No mais, requer a juntada do exame de corpo de delito, bem como a dispensa da realização de audiência de custódia, tendo em vista o exaurimento de seu objeto, salvo eventual pedido da defesa. Proceder diverso apenas prolongaria indevidamente a restrição ao direito de locomoção em prejuízo ao autuado e contrariando a própria razão de ser da audiência, de índole nitidamente protetiva.

Boa Vista/RR, data conforme assinatura digital.

ALISSON MARUGAL
PROCURADOR DA REPÚBLICA

Documento assinado via Token digitalmente por ALISSON MARUGAL, em 12/04/2023 01:07. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave d1bb1b8e.193a8372.e5e97f24.4fdd84eb

Página 4 de 4

